

SUMÁRIO

PARTE I

O DIREITO PROCESSUAL CIVIL

I. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL	3
1. O Direito Processual.....	3
2. Posição enciclopédica do Direito Processual Civil.....	4
3. A norma processual.....	5
4. Fontes do Direito Processual Civil	7
5. Aplicação, interpretação e eficácia da lei processual civil no tempo e no espaço.....	9
5.1 Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil	16
II. HISTÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	19
1. O processo no Direito Antigo	19
2. Direito brasileiro anterior e Direito vigente	23
2.1 Ordenações lusitanas.....	23
2.2 Códigos estaduais	24
2.3 Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973	25
2.4 Código de Processo Civil de 2015	25
3. A análise econômica do Direito Processual	33
III. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO	39
1. Princípio do devido processo legal.....	40
2. Princípio dispositivo.....	42
3. Princípio da prioritária solução consensual.....	43
3.1 Justiça multiportas: arbitragem, conciliação e mediação	44
3.2 Desjudicialização de conflitos.....	48
4. Princípios da efetividade e da duração razoável do processo	51
5. Princípio da cooperação	56
6. Princípio da boa-fé objetiva (proteção à confiança)	57
7. Princípio do contraditório e vedação à decisão surpresa	58
8. Princípio da economia processual.....	60

9. Princípio da eficiência.....	61
10. Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	63
11. Princípio da economicidade.....	64
12. Princípio da preclusão <i>secundum eventum litis</i>	65
13. Princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da razoabilidade.....	69
IV. ASPECTOS ÉTICOS E ECONÔMICOS DO PROCESSO.....	71
1. Generalidades.....	71
2. Custas processuais	72
3. Honorários advocatícios	75
3.1 Sucumbência recursal	80
4. Dano processual e litigância de má-fé.....	82
4.1 Deveres das partes e dos procuradores.....	83
4.2 Descumprimento das decisões judiciais. Atentado à justiça. Crime de desobediência	84
5. Assistência jurídica e gratuidade de justiça.....	87
5.1 Assistência jurídica.....	87
5.2 Gratuidade de justiça.....	90

PARTE II

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

I. TUTELA JURISDICIONAL.....	95
1. Tutela jurisdicional: conceito	95
2. Espécies de tutela jurisdicional	97
2.1 Tutela de cognição	97
2.2 Tutela de execução.....	101
2.3 Tutela inibitória.....	103
2.4 Tutela provisória	107
2.4.1 Fundamentos e antecedentes: tutela cautelar, tutela de segurança e tutela satisfativa de urgência	107
2.4.2 Generalidades.....	120
2.4.3 Tutela de urgência.....	124
2.4.3.1 Requisitos.....	124
2.4.3.2 Espécies	125
2.4.3.2.1 Tutela cautelar	125
2.4.3.2.2 Tutela antecipada.....	128
2.4.3.3 Contracautela e responsabilização.....	129
2.4.3.4 Poder geral de cautela e atipicidade.....	130

2.4.3.5	Tutela de urgência pré-arbitral.....	130
2.4.3.6	Requerimento em caráter antecedente.....	131
2.4.3.6.1	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	131
2.4.3.6.2	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	134
2.4.4	Tutela da evidência.....	135
II.	ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA....	137
1.	Garantias do Poder Judiciário.....	137
1.1	Garantias institucionais.....	137
1.2	Garantias funcionais.....	138
2.	Organização judiciária.....	139
2.1	Supremo Tribunal Federal.....	140
2.2	Superior Tribunal de Justiça.....	141
2.3	Justiça Federal.....	142
2.4	Justiça do Trabalho.....	142
2.5	Justiça Eleitoral.....	143
2.6	Justiça Militar.....	144
2.7	Justiça Comum Estadual.....	144
2.8	Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	144
III.	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	147
1.	Generalidades.....	147
2.	Competência internacional e competência interna.....	147
2.1	Cooperação jurídica internacional.....	149
2.2	Cooperação jurídica nacional.....	150
3.	Competência territorial.....	151
4.	Competência objetiva.....	160
5.	Competência funcional.....	161
6.	Competência absoluta e competência relativa. Modificações da competência. Prorrogação e prevenção da competência.....	162
7.	Controle da competência – Conflito de competência e arguição de incompetência.....	171
PARTE III		
A AÇÃO		
I.	CONCEITO – NATUREZA JURÍDICA – ESPÉCIES.....	179
1.	Conceito de ação.....	179
2.	Natureza jurídica.....	180

3. Classificação das ações	184
4. As sentenças e a classificação das ações	185
II. CONDIÇÕES DA AÇÃO	189
1. Generalidades	189
2. Legitimidade das partes	191
3. Interesse de agir	194
III. ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	199
1. Elementos de identificação das ações	199
2. Elemento subjetivo – As partes	200
3. Elemento causal – <i>Causa petendi</i>	203
4. Elemento objetivo – O pedido	205
4.1 Pedido de prestação indivisível	211
4.2 Pedido cominatório	211
5. Alteração dos elementos de identificação das ações	215
IV. CONEXÃO E CONTINÊNCIA DE AÇÕES – CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES	219
1. Aspectos gerais	219
2. Espécies de conexão	222
3. Cumulação e concurso de ações	223
3.1 Cumulação de ações – Espécies	225
3.2 Cumulação de ações – Requisitos	226

**PARTE IV
O PROCESSO**

I. PROCESSO E PROCEDIMENTO	231
1. Processo e procedimentos	231
2. Espécies de procedimento	232
II. SUJEITOS DO PROCESSO	241
1. Partes	241
2. Litisconsórcio	244
3. Intervenção de terceiros	249
3.1 Generalidades	249
3.1.1 A qualificação de terceiro	251
3.1.2 Efeitos da intervenção	254
3.2 Espécies de intervenção	254
3.2.1 Assistência	255

3.2.1.1	Classificação da assistência.....	255
	Assistência simples	256
	Assistência litisconsorcial	257
3.2.1.2	Interesse jurídico.....	259
3.2.2	Recurso do terceiro prejudicado.....	260
3.2.3	Denúnciação da lide	261
3.2.3.1	Hipóteses legais	265
3.2.3.2	Procedimento	267
	Denunciado aceita e contesta o pedido.....	268
	Denunciado é revel ou nega essa qualidade	268
	Denunciado confessa os fatos alegados pelo autor.....	269
3.2.3.3	Sentença	269
3.2.4	Chamamento ao processo.....	270
	Hipóteses legais	271
	Procedimento	272
	Sentença	272
3.2.5	Intervenção <i>iussu iudicis</i>	273
3.2.6	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	274
3.2.7	<i>Amicus curiae</i>	276
3.3	Intervenção de terceiros no Juizado Especial Cível	277
4.	O juiz	278
4.1	Poderes e deveres do juiz	279
4.2	Suspeição e impedimento.....	283
5.	Auxiliares da justiça.....	286
6.	Ministério Público	288
7.	Advocacia Pública.....	290
8.	Defensoria Pública.....	291
III.	ATOS PROCESSUAIS	293
1.	Forma dos atos processuais	293
1.1	Da prática eletrônica de atos processuais	298
1.2	O papel do Conselho Nacional de Justiça na transformação tecnológica do Poder Judiciário e o Programa “Justiça 4.0”	300
2.	Tempo dos atos processuais.....	307
3.	Lugar e prazos dos atos processuais	309
3.1	Contagem dos prazos processuais.....	311
4.	Verificação dos prazos e suas penalidades.....	314
5.	Comunicação dos atos processuais	315
5.1	Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	316
5.2	Cartas	318
5.2.1	Carta precatória e rogatória. Efeito suspensivo	321

5.3	Citação	321
5.3.1	Efeitos da citação.....	323
5.3.2	Modalidades de citação.....	324
	Citação por meio eletrônico	327
	Citação postal	329
	Citação por oficial de justiça	330
	Citação com hora certa	331
	Citação por edital.....	332
5.4	Intimações	333
6.	Nulidades	338
7.	Negócios jurídicos processuais	340
7.1	Calendário processual.....	342
IV.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	343
1.	Generalidades.....	343
2.	Formação do processo.....	343
2.1	Formação do processo e distribuição por dependência das ações repetidas	348
2.2	Formação do processo e indeferimento do pedido <i>in limine</i>	350
2.3	Atuação jurisdicional <i>ex officio</i> . Visão prospectiva	351
3.	Suspensão do processo.....	356
3.1	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	358
3.2	Suspensão convencional do processo	360
3.3	Suspensão pela alegação de incompetência, impedimento e suspeição	360
3.4	Suspensão nos recursos repetitivos e no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	361
3.5	Suspensão por prejudicialidade.....	361
3.6	Suspensão por motivo de força maior	363
3.7	Outros casos de suspensão do processo	363
4.	Extinção do processo.....	364
4.1	Extinção do processo sem resolução de mérito.....	366
4.1.1	Indeferimento da petição inicial.....	366
4.1.2	Contumácia das partes.....	368
4.1.3	Abandono do autor.....	368
4.1.4	Falta de pressupostos processuais de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.....	369
4.1.5	Acolhimento das alegações de preempção, litispendência e coisa julgada.....	369
	Perempção.....	369
	Litispendência	370
	Coisa julgada	370

4.1.6	Ausência das condições da ação	371
4.1.7	Existência de convenção de arbitragem	371
4.1.8	Desistência da ação	371
4.1.9	Intransmissibilidade da ação	372
4.1.10	Outros casos	372
4.2	Resolução do processo com análise do mérito	373
4.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido do autor	373
4.2.2	Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	373
4.2.3	Transação	374
4.2.4	Renúncia ao direito em que se funda a ação	374

PARTE V

FASE POSTULATÓRIA

I.	PETIÇÃO INICIAL	377
1.	Generalidades.....	377
2.	Requisitos.....	377
2.1	Endereçamento	377
2.2	Qualificação das partes	377
2.3	Causa de pedir.....	378
2.4	Pedido.....	378
2.5	Valor da causa	379
2.6	Meios de prova	379
2.7	Opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação	380
2.8	Outros elementos.....	380
3.	Emenda da petição inicial.....	380
4.	Indeferimento da petição inicial.....	381
II.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	383
1.	Generalidades.....	383
III.	DEFESA DO RÉU	387
1.	Generalidades.....	387
2.	Espécies de defesa	388
3.	Modalidades de resposta do réu	390
3.1	Contestação	390
3.1.1	Alegações de incompetência, impedimento e suspeição	394
	Alegação de incompetência	394
	Arguição de impedimento e de suspeição	395
3.2	Reconvenção.....	398

3.2.1	Condições específicas de admissibilidade da reconvenção	399
3.2.1.1	Legitimação para reconvenção	399
3.2.1.2	Interesse em reconvir.....	400
3.2.1.3	Tempestividade da reconvenção	401
3.2.1.4	Competência do juízo para a reconvenção.....	401
3.2.1.5	A conexão como pressuposto da reconvenção.....	401
3.2.2	Autonomia procedimental entre a reconvenção e a ação	402
3.2.3	Processamento e procedimento da reconvenção	403
3.3	Revelia	403

PARTE VI

FASE DE SANEAMENTO

I.	SANEAMENTO	407
1.	Fase de saneamento	407
2.	Providências preliminares	408
2.1	Especificação de provas.....	409
2.2	Manifestação do autor quanto às preliminares e objeções (fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido e alegações do réu)	409
3.	Julgamento conforme o estado do processo.....	412
3.1	Extinção do processo (extinção sem resolução de mérito, resolução com análise do mérito por autocomposição ou julgamento antecipado)	412
3.1.1	Julgamento antecipado parcial.....	414
4.	Saneamento.....	414
4.1	Conteúdo	415
4.2	Estabilização e preclusão	416
4.3	Modalidades	417

PARTE VII

FASE PROBATÓRIA

I.	PROVAS	421
1.	Generalidades.....	421
2.	Sujeitos da prova e ônus da prova.....	428
3.	Sistemas de avaliação da prova	431
4.	Momento da prova.....	433
4.1	Produção antecipada de prova	435
5.	Espécies de prova	436
5.1	Prova documental.....	436
5.1.1	Dos documentos eletrônicos	440
5.1.2	Produção da prova documental	443
5.2	Exibição de documento ou coisa	444

5.3	Ata notarial.....	446
5.4	Prova oral.....	447
5.4.1	Depoimento pessoal.....	449
5.4.2	Prova testemunhal.....	450
5.4.2.1	Juntada do rol de testemunhas.....	455
5.4.2.2	Depoimentos privilegiados.....	455
5.4.3	Confissão.....	456
5.5	Prova pericial.....	458
5.5.1	Realização da perícia. Ciência das partes quanto à data e ao local.....	462
5.5.2	Perícia abrangente de mais de uma área de conhecimento.....	463
5.5.3	Prazo para apresentação do laudo e das críticas dos assistentes.....	463
5.6	Inspeção judicial.....	464

PARTE VIII A DECISÃO

I.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	469
1.	Visão de conjunto.....	469
1.1	Poderes do juiz nas audiências.....	469
2.	Tentativa de conciliação.....	470
3.	Etapas da audiência de instrução e julgamento.....	471
II.	SENTENÇA E COISA JULGADA.....	475
1.	Sentença.....	475
1.1	Espécies de sentença.....	479
1.2	Requisitos intrínsecos da sentença. Congruência e certeza.....	482
1.3	Requisito intrínseco. Especificidade. A sentença e a tutela específica....	483
2.	Coisa julgada.....	484
2.1	Generalidades.....	484
2.2	Limites objetivos da coisa julgada.....	489
2.3	Limites subjetivos da coisa julgada.....	492
2.4	Meios de defesa da coisa julgada.....	496
2.5	Relativização da coisa julgada.....	498

PARTE IX PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

I.	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	503
1.	Generalidades.....	503
1.1	Generalidades materiais.....	503

1.2	Generalidades processuais.....	504
1.2.1	Depósito extrajudicial	505
2.	Competência.....	506
3.	Prestações Periódicas	507
4.	Petição Inicial	508
4.1	Valor da causa	508
5.	Citação e direito de escolha.....	509
6.	Consignação em caso de dúvida.....	509
7.	Resposta do Réu.....	510
7.1	Revelia.....	512
8.	Julgamento do pedido	512
II.	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	513
1.	Generalidades.....	513
2.	Ação de exigir contas.....	513
2.1	A ação de dar contas.....	515
3.	Saldo e execução por quantia	515
4.	Prestação de contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário e de outro qualquer administrador	516
III.	AÇÕES POSSESSÓRIAS	517
1.	Generalidades.....	517
2.	Fungibilidade dos interditos possessórios	520
3.	Cumulação de pedidos.....	521
4.	Duplicidade dos interditos possessórios.....	521
5.	Juízo Petitório e juízo possessório. Exceção de domínio.....	522
6.	Procedimento das ações possessórias de força nova.....	523
6.1	Caução e tutela liminar antecipada	524
6.2	Tutela específica na turbação e no esbulho	524
6.3	Objeto da prova.....	525
6.3.1	A prova inequívoca e a tutela antecipatória.....	525
6.3.2	Justificação de posse	527
6.4	Citação e prazo para a resposta.....	527
7.	Interdito proibitório	528
IV.	AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES	531
1.	Generalidades.....	531
2.	Cumulação de pedidos.....	531
3.	Ação demarcatória.....	532
3.1	Procedimento da demarcação.....	532

3.2	Petição inicial na demarcatória.....	533
3.3	Demarcação com queixa de esbulho ou turbação.....	533
3.4	Demarcação do imóvel comum.....	534
3.5	Citação e intimação.....	534
3.6	Defesa do réu.....	534
3.7	Perícia.....	535
3.8	Sentença na demarcatória.....	536
4.	Ação divisória.....	537
4.1	Petição inicial.....	537
4.2	Citação.....	537
4.3	Operações de divisão. Finalidades múltiplas.....	538
4.4	Auto de divisão.....	539
4.5	Benfeitorias permanentes dos confinantes.....	539
4.6	Restituição de terrenos usurpados com a divisão.....	540
V.	AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	541
1.	Generalidades.....	541
2.	Legitimidade ativa e passiva.....	542
3.	A especialidade do procedimento.....	543
VI.	INVENTÁRIO E PARTILHA.....	545
1.	Generalidades.....	545
1.1	Competência.....	545
1.2	A ratio do procedimento.....	546
2.	Prazo para a abertura do inventário.....	547
3.	Questões objeto de decisão no juízo do inventário.....	547
4.	Administração dos bens do espólio.....	548
5.	Legitimação para requerer a abertura do inventário e partilha.....	548
6.	A nomeação do inventariante.....	549
6.1	Atribuições do inventariante.....	550
6.2	Remoção do inventariante.....	551
7.	As primeiras declarações e o rito subsequente.....	552
8.	Avaliação dos bens inventariados.....	555
8.1	Avaliação de bens sitos fora da comarca.....	556
8.2	Dispensa da avaliação.....	556
8.3	Laudo de avaliação.....	556
9.	Bens sonogados.....	557
10.	Interessado preterido.....	558
11.	Últimas declarações.....	558
12.	Cálculo do imposto.....	558

13. Colação.....	559
14. Pagamento das dívidas do <i>de cujus</i>	561
14.1 O legatário e as dívidas do espólio	563
14.2 Dívidas sujeitas a processo de execução	563
15. Partilha	563
15.1 Formulação de pedido de quinhão e deliberação da partilha. Esboço da partilha	563
15.2 Julgamento da partilha.....	565
15.3 Formal de partilha	565
15.4 Emenda da partilha	566
15.5 Partilha amigável. Anulação.....	566
15.6 Rescindibilidade da partilha judicial.....	567
15.7 Partilha amigável. Homologação	568
16. Arrolamento sumário	568
17. Arrolamento comum.....	570
18. Medidas cautelares de constrição de bens ou restrição de direitos deferidas no curso do inventário. Prazo de eficácia	571
19. Sobrepilha	571
20. Curatela especial no inventário.....	572
21. Inventário cumulativo	573
VII. EMBARGOS DE TERCEIRO	575
1. Generalidades.....	575
2. Embargos de terceiro e figuras afins.....	575
3. Legitimidade.....	576
3.1 Os cônjuges e os embargos de terceiro	577
4. O objeto mediato dos embargos de terceiro.....	578
5. Prazo para oferecimento dos embargos de terceiro. Processo de conhecimento e processo de execução	579
6. Competência.....	579
7. Fase postulatória. Petição inicial e requisitos. Justificação	580
8. Tutela antecipada. Liminar	581
9. Suspensão do processo.....	582
VIII. OPOSIÇÃO	583
1. Generalidades.....	583
2. Julgamento pela mesma sentença	584
IX. HABILITAÇÃO	585
1. Generalidades.....	585

X. AÇÕES DE FAMÍLIA	587
1. Generalidades.....	587
2. A conciliação nas ações de família	588
XI. AÇÃO MONITÓRIA	589
1. Generalidades.....	589
2. Histórico e direito comparado	590
2.1 Direito romano	590
2.2 Direito medieval	591
2.3 Direito europeu.....	591
2.3.1 Procedimento monitorio no atual processo civil europeu	592
2.4 Direito brasileiro.....	595
2.4.1 Ação decendiária no direito brasileiro	595
2.4.2 Procedimento monitorio nos Códigos de Processo Civil de 1939/1973/2015.....	595
3. Condições da ação	596
3.1 Legitimidade das partes	596
3.2 Interesse de agir	596
4. Estrutura do procedimento	597
5. Petição inicial	597
5.1 <i>Causa petendi e causa debendi</i>	599
6. Embargos	599
7. Procedimento monitorio e juizados especiais.....	600
XII. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	601
1. Generalidades.....	601
2. A necessidade de <i>periculum in mora</i> para a tomada do penhor.....	602
3. Especialidades procedimentais	602
XIII. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	605
1. Generalidades.....	605
2. O regulador de avarias	605
3. Especialidades procedimentais	606
XIV. RESTAURAÇÃO DE AUTOS	609
1. Generalidades.....	609
2. Especialidades procedimentais	609
XV. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	611
1. Disposições gerais.....	611
1.1 Generalidades.....	611

1.2	Jurisdição voluntária. Rito	614
1.3	Competência	616
1.4	Tutela antecipada e cautelar.....	616
1.5	Citações.....	616
1.6	Resposta dos interessados.....	617
1.7	Instrução	618
1.8	A decisão por equidade e o abandono da legalidade estrita	618
1.9	Sentença e recurso	619
1.10	Coisa julgada	619
1.11	Casos submetidos ao rito comum da jurisdição voluntária.....	620
2.	Notificação e Interpelação	622
2.1	Generalidades.....	622
2.2	Procedimento	623
3.	Alienações Judiciais	623
3.1	Generalidades.....	623
3.2	Bens sujeitos à alienação jurisdicional voluntária.....	624
4.	Divórcio e Separação Consensuais, Extinção Consensual da União Estável e Alteração do Regime de Bens do Matrimônio.....	625
4.1	Divórcio e separação judicial	625
4.2	O procedimento consensual de divórcio, separação ou extinção da união.....	626
4.3	Alteração do regime de bens do matrimônio	627
5.	Testamentos e Codicilos	628
5.1	Generalidades.....	628
5.2	Condições da ação	628
5.3	Competência	629
5.4	Aspectos procedimentais.....	629
5.4.1	Testamento cerrado	629
5.4.2	Testamento público.....	630
5.4.3	Testamento particular	630
5.4.4	Testamentos marítimo, militar, nuncupativo e codicilos.....	632
5.4.5	Cumprimento dos testamentos.....	632
5.5	Sentença	633
5.5.1	Suspeição de nulidade ou falsidade do testamento	633
6.	Herança jacente	633
6.1	Generalidades.....	633
6.2	Curadoria. Atribuições.....	634
6.3	Arrecadação.....	635
6.3.1	Arrecadação imediata pela autoridade policial.....	636
6.3.2	Arrecadação por precatória.....	636
6.3.3	Diligências da arrecadação	636

6.3.4	Suspensão da arrecadação	636
6.4	Editais	636
6.5	Conversão da arrecadação em inventário	637
6.6	Habilitação de créditos.....	637
6.7	Alienação antecipada de bens	637
6.8	Declaração de Vacância	638
7.	Bens dos Ausentes.....	639
7.1	Generalidades.....	639
7.2	Curadoria. Cessação.....	641
7.3	Sucessão provisória.....	641
7.4	A sentença na sucessão provisória.....	642
7.5	Caução prestada por herdeiros imitados na posse dos bens	643
7.6	Conversão da sucessão provisória em definitiva	644
7.7	Cessação da sucessão definitiva. Entrega dos bens	644
7.8	Citações na ação de reivindicação dos bens.....	645
8.	Coisas vagas	645
8.1	Generalidades.....	645
8.2	Publicação de edital.....	646
8.3	Comparecimento do legítimo dono ou possuidor da coisa	647
8.4	Alienação da coisa	647
8.5	Adjudicação da coisa	647
8.6	Conversão da arrecadação em inquérito	648
9.	Interdição.....	648
9.1	Generalidades.....	648
9.2	Iniciativa do Ministério Público e interdição.....	649
9.3	Curador à lide.....	649
9.4	Petição inicial	650
9.5	Inspeção pessoal	650
9.6	Impugnação do pedido de interdição	651
9.7	Perícia.....	651
9.8	Decretação da interdição. Sentença.....	651
9.9	Compromisso do curador	652
9.10	Levantamento da curatela.....	653
10.	Disposições comuns à Tutela e à Curatela	653
10.1	Generalidades.....	653
10.2	Aspectos procedimentais	654
11.	Organização e fiscalização das fundações	655
11.1	Generalidades.....	655
12.	Ratificação dos protestos marítimos e processos testemunháveis formados a bordo	656
12.1	Generalidades.....	656

XVI. JUIZADOS ESPECIAIS	659
1. O procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais – Visão de conjunto...	659
1.1 Âmbito de incidência do procedimento do juizado	662
2. Formação do processo – Pedido.....	665
3. Convocação do réu e atos de comunicação.....	667
4. Defesa do réu.....	668
5. Audiência – Conciliação – Instrução e julgamento – Sentença	669
6. Recurso.....	672
6.1 Recurso inominado.....	672
6.2 Embargos de declaração	673
7. Uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais. Direito em expectativa	674
8. O processo de execução nos Juizados Especiais	675
8.1 Generalidades.....	675
8.2 Processo de execução	676
8.2.1 Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	676
8.2.2 Execução das obrigações de fazer e de não fazer.....	678
8.2.2.1 Execução de obrigação de fazer com prestação fungível.....	679
8.2.2.2 Execução de obrigação de fazer com prestação infungível.....	680
8.2.2.3 Execução de obrigação de não fazer permanente (admitte desfazimento)	680
8.2.2.4 Execução de obrigação de não fazer instantânea.....	681
8.2.3 Execução para entrega de coisa certa e de coisa incerta.....	681
8.2.3.1 Execução para entrega de coisa certa (título judicial ou extrajudicial).....	681
8.2.3.2 Execução para entrega de coisa incerta.....	682
8.3 Embargos do executado.....	682

PARTE X

TUTELA EXECUTIVA

I. A TUTELA SATISFATIVA (CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL)	687
1. A tutela de execução e as demais formas de tutela jurisdicional.....	687
II. A SISTEMÁTICA DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL NO CPC DE 2015	691
III. TEORIA GERAL DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	695

1. Fundamentos da execução e do cumprimento da sentença.....	695
2. Princípios do processo de execução e do cumprimento da sentença	696
2.1 Princípio da realidade	697
2.2 Princípio da execução específica	697
2.3 Princípio da livre disponibilidade	698
2.4 Princípio da economicidade.....	699
IV. REQUISITOS DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	703
1. Inadimplemento do devedor.....	703
2. Título executivo.....	705
2.1 Requisitos do crédito exequendo.....	705
2.1.1 Certeza.....	705
2.1.2 Exigibilidade.....	706
2.1.3 Liquidez.....	706
2.2 Títulos executivos judiciais.....	707
2.2.1 Liquidação dos títulos judiciais.....	712
Liquidação por iniciativa do devedor.....	713
Liquidação por arbitramento	714
Liquidação pelo procedimento comum.....	714
Liquidação de sentença. Recurso.....	715
Liquidação provisória.....	716
2.3 Títulos executivos extrajudiciais.....	716
V. ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	723
1. Cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial	723
2. Cumprimento provisório de sentença.....	729
VI. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	731
1. Condições da ação	731
2. Competência jurisdicional.....	733
2.1 Competência e execução de título extrajudicial.....	734
2.2 Competência e cumprimento da sentença	735
VII. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.....	737
1. Formação do processo.....	737
1.1 Requerimento.....	737
1.2 Averbação premonitória	737
1.3 Efeitos da propositura da execução de título extrajudicial.....	739
2. Suspensão da execução	740
3. Extinção da execução	742

3.1 Recurso	742
4. Desistência do cumprimento da sentença ou da execução de título extrajudicial	743
5. Cumulação de execuções	744
6. Intercomunicabilidade entre as regras da execução e do cumprimento da sentença.....	744
VIII. PODERES DO JUIZ NA EXECUÇÃO	745
1. Meios executivos típicos e atípicos	745
2. Protesto de decisão judicial	748
3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes	748
IX. A TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	749
1. O cumprimento das sentenças de obrigações de fazer e não fazer	749
1.1 Generalidades.....	749
1.2 Procedimento	751
1.3 As astreintes e a impugnação	754
2. Tutela inibitória (obrigações negativas).....	757
2.1 Tutela jurisdicional de direitos.....	757
2.2 A crise da tutela condenatória – Ilícito de lesão e ilícito de perigo.....	758
2.3 Tutela inibitória – Finalidade – Pressupostos – Fundamentos.....	758
2.4 Classificação da tutela inibitória	760
2.5 Pressupostos e características da tutela inibitória antecipada	760
3. O cumprimento judicial das obrigações de prestar declaração de vontade....	761
4. Execução de título extrajudicial de obrigações de fazer e não fazer	764
4.1 Execução das obrigações de fazer e não fazer.....	764
4.1.1 Generalidades.....	764
4.1.2 Execução de título extrajudicial envolvendo obrigações de fazer e não fazer. Procedimento	765
X. A TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA.....	771
1. O cumprimento da sentença para a entrega de coisa.....	771
1.1 Generalidades.....	771
1.2 Procedimento	772
2. Execução de título extrajudicial para a entrega de coisa	772
2.1 Generalidades.....	772
2.2 Procedimento	773
2.3 Execução de título extrajudicial de coisa incerta.....	775
3. Disposições comuns ao cumprimento da entrega de coisa e à execução de título extrajudicial para a entrega de coisa	775

3.1	Incidentes da entrega	775
3.2	Incidentes favoráveis ao executado	776
3.3	Impugnação por retenção.....	777
XI.	TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE SOMA	779
1.	O cumprimento de sentença nas obrigações de entrega de soma – Fase postulatória	779
1.1	Generalidades.....	779
1.2	Prazo para pagamento voluntário	780
1.3	Multa e honorários	780
1.4	Demonstrativo do crédito.....	781
1.5	Mandado de penhora e avaliação	782
1.6	Prazo para a impugnação ao cumprimento de sentença.....	782
1.7	Alimentos decorrentes de responsabilidade civil	783
2.	A execução extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente – Fase postulatória.....	784
2.1	Generalidades.....	784
2.2	Execução contra devedor solvente e contra devedor insolvente	784
2.3	Petição inicial	785
2.4	Averbação premonitória e certidão de propositura da execução.....	790
2.5	Citação	791
2.6	Arresto executivo.....	792
2.7	Indisponibilidade eletrônica	793
2.8	Despacho liminar e honorários	795
3.	Regras comuns ao cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente	796
3.1	Responsabilidade patrimonial. Generalidades	796
3.1.1	Responsabilidade patrimonial primária	797
3.1.2	Responsabilidade patrimonial secundária.....	798
3.1.3	Responsabilidade patrimonial dos sócios e desconsideração da personalidade jurídica.....	800
3.1.4	Responsabilidade do terceiro em cujo poder encontram-se bens do devedor	806
3.1.5	Responsabilidade patrimonial do cônjuge	806
3.1.6	Responsabilidade patrimonial do fiador.....	808
3.2	Fraude de execução	809
3.2.1	Introdução	809
3.2.2	A ineficácia decorrente da fraude de execução é tão intensa que mesmo se o terceiro adquirente do imóvel o utilizar para moradia de sua família, a impenhorabilidade da Lei nº 8.009/1990 não será oponível ao exequente. Regime do CPC de 1973.....	810

3.2.3	Fraude de execução e fraude contra credores	811
3.2.4	Alienação na pendência de ação real ou reipersecutória.....	812
3.2.5	Fraude de execução e averbação premonitória	813
3.2.6	Alienação de bem objeto de hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial.....	814
3.2.7	Litispendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência...	815
3.2.8	Outros casos de fraude à execução	817
3.3	Fase de apreensão	818
3.3.1	Penhora	818
3.3.2	Momento para arguição de vício da penhora	819
3.3.3	Preclusão do vício da penhora	820
3.4	Impenhorabilidade	821
3.4.1	Introdução	821
3.4.2	Bens inalienáveis.....	822
3.4.3	Móveis, pertences e utilidades domésticas	823
	Vestuários.....	824
3.4.4	Verbas remuneratórias e poupança	824
3.4.5	Bens móveis necessários ao exercício profissional	827
3.4.6	Seguro de vida	828
3.4.7	Materiais necessários para obras em andamento	828
3.4.8	Pequena propriedade rural trabalhada pela família.....	828
3.4.9	Recursos públicos recebidos por instituições privadas para apli- cação compulsória em educação, saúde ou assistência social	829
3.4.10	Recursos públicos do fundo partidário.....	829
3.4.11	Créditos oriundos de alienação de unidades sob regime de in- corporação imobiliária.....	830
3.4.12	Bem de família legal	831
3.4.13	Bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia....	834
3.5	Multiplicidade de penhoras.....	835
3.6	Penhora de quota social e ações.....	836
3.7	Ordem da penhora	837
3.8	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	838
3.9	Substituição dos bens penhorados	839
3.10	Procedimento da penhora	841
3.10.1	Execução por carta.....	847
3.10.2	Depósito dos bens penhorados.....	847
3.10.3	A unicidade da penhora.....	849
3.11	Avaliação dos bens penhorados.....	850
3.12	Fase de expropriação	852
3.12.1	Adjudicação	854

3.12.2	Alienação.....	857
3.12.3	Alienação por iniciativa particular	857
3.12.4	Leilão judicial	859
3.12.5	Arrematação	865
3.12.6	Ultimação da arrematação.....	867
3.13	Satisfação do crédito.....	868
XII.	DEFESA DO EXECUTADO.....	871
1.	Impugnação ao cumprimento da sentença	871
1.1	Generalidades.....	871
1.2	Procedimento da impugnação ao cumprimento da sentença	872
1.3	Recurso	873
1.4	Eficácia da impugnação ao cumprimento da sentença.....	874
1.5	Fundamentos da impugnação ao cumprimento da sentença	876
1.6	Impugnação de título executivo inconstitucional	880
2.	Embargos à execução	882
2.1	Generalidades.....	882
2.2	Ajuizamento dos embargos	883
2.3	Rejeição liminar dos embargos.....	884
2.4	Efeitos dos embargos à execução.....	885
2.5	Procedimento da defesa do embargado.....	887
2.6	Fundamentos dos embargos à execução.....	887
2.7	Reconhecimento do pedido e parcelamento.....	889
XIII.	EXECUÇÕES ESPECIAIS.....	891
1.	Execução de prestação alimentícia	891
2.	Execução contra a Fazenda Pública.....	893
2.1	Introdução	893
2.2	Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial	894
2.3	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	895
2.4	Demais espécies de execução contra a Fazenda Pública	898
2.5	Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....	899
3.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente (CPC/1973).....	901
3.1	Efeitos da declaração judicial de insolvência	903
3.2	O processo e o procedimento da insolvência	905
3.3	Competência jurisdicional	905
3.4	Legitimidade para requerer a insolvência	906

3.5	Fase de cognição	906
3.6	Fase de apreensão de bens	907
3.7	Fase de apuração do ativo e pagamento dos credores.....	909

PARTE XI

PROCESSO NOS TRIBUNAIS

I.	TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	913
1.	Conceito	913
1.1	Duplo grau obrigatório de jurisdição: remessa necessária.....	914
1.2	Fundamentos dos recursos (<i>ratio essendi</i>).....	917
1.3	Direito intertemporal: eficácia da lei no tempo.....	918
2.	Princípios recursais.....	918
2.1	Duplo grau de jurisdição	919
2.2	Unicidade dos recursos.....	920
2.2.1	Instrumentalidade das formas e fungibilidade recursal	924
3.	Admissibilidade e mérito dos recursos	925
4.	Requisitos de admissibilidade dos recursos	926
4.1	Legitimidade do recorrente	927
4.2	Interesse em recorrer.....	929
4.2.1	Interesse em recorrer e recurso adesivo.....	929
4.2.2	Interesse em recorrer e recurso parcial.....	932
4.2.3	Interesse em recorrer e jurisprudência predominante.....	932
4.3	Cabimento	934
4.4	Inexistência de fato impeditivo do direito de recorrer	935
4.5	Tempestividade	936
4.6	Preparo do recurso	940
4.7	Regularidade formal.....	941
5.	Efeitos dos recursos	941
5.1	Efeito devolutivo	941
5.1.1	Efeito devolutivo e <i>reformatio in pejus</i>	942
5.2	Efeito suspensivo	944
II.	A ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	949
1.	Jurisprudência, súmula e precedentes.....	949
1.1	Precedentes e Análise Econômica do Direito	953
2.	Procedimento no tribunal	954
2.1	Registro e distribuição	954
2.1.1	Descentralização dos serviços de protocolo.....	954
2.2	Remessa ao relator	955

2.2.1	Poderes do relator	955
	Direção do processo e homologação da autocomposição	955
	Tutela provisória recursal.....	955
	Decisões monocráticas.....	959
	Outras competências e saneamento recursal	960
	Questões conhecíveis de ofício e fatos supervenientes	960
2.2.2	Revisão	961
2.3	Designação do dia do julgamento e publicação da pauta.....	961
2.3.1	Adiamento da sessão	961
2.3.2	Interregno entre a sessão e a publicação da pauta	961
2.4	Sessão de julgamento	962
2.4.1	Sustentação oral	962
2.4.2	Deliberação	963
	Pedido de vista.....	965
	Conversão do julgamento em diligência.....	966
	Julgamento de recurso que tenha sido iniciado.....	966
	Apelação e agravo interposto	966
2.4.3	Acórdão.....	967
	Obrigatoriedade de ementa	967
	Publicidade do acórdão.....	967
	Retificação de minuta.....	968
2.4.4	Técnica de ampliação da colegialidade	968
3.	Julgamentos digitais.....	971
3.1	Ampliação do julgamento eletrônico e a experiência do Supremo Tribunal Federal.....	973
III.	RECURSOS EM ESPÉCIE.....	975
1.	Apelação.....	975
1.1	Generalidades.....	975
1.2	Efeitos da apelação.....	976
1.2.1	Efeito suspensivo.....	977
1.2.2	Efeito devolutivo	978
	Efeito devolutivo e <i>reformatio in pejus</i>	979
	Extensão do efeito devolutivo do recurso.....	981
	Efeito devolutivo e prescrição	981
	Efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa	982
	Efeito devolutivo e nulidade sanável	983
	<i>Reformatio in pejus</i> e amplitude do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa	983
1.3	Procedimento da apelação.....	984

1.4	Procedimento no tribunal	988
2.	Agravo de instrumento	990
2.1	Política legislativa e esboço histórico	990
2.1.1	Vedação à modalidade de agravo retido	992
2.2	Juízo de admissibilidade do agravo	992
2.3	Juízo de retratação	996
2.4	Efeitos do agravo.....	997
2.5	Formalidades do agravo de instrumento.....	998
2.5.1	Informação ao juízo <i>a quo</i> da interposição do agravo de instrumento.....	999
2.6	Procedimento do agravo no tribunal.....	1000
2.6.1	Os poderes do relator no agravo de instrumento	1001
3.	Agravo interno	1002
4.	Embargos de declaração.....	1003
4.1	Generalidades.....	1003
4.2	Cabimento dos embargos de declaração	1005
4.3	Efeitos dos embargos de declaração	1008
4.4	Litigância abusiva na oposição dos embargos de declaração.....	1009
5.	Recurso Ordinário Constitucional	1010
5.1	Generalidades.....	1010
5.2	Requisitos de admissibilidade	1011
5.3	Efeitos do recurso	1012
6.	Recurso Extraordinário e Recurso Especial	1013
6.1	Generalidades.....	1013
6.2	Pressupostos constitucionais de cabimento do recurso extraordinário e do recurso especial	1015
6.2.1	Cabimento constitucional do recurso extraordinário.....	1015
	Julgamento de causas decididas em última ou única instância....	1016
	Julgamento contra a Constituição	1016
	Decisão que declara inconstitucional lei federal ou tratado <i>incidenter tantum</i>	1017
	Julgamento que acolhe lei ou ato local contra a Constituição	1017
	Julgamento que prestigia lei local contestada em face de lei federal	1018
	Repercussão geral.....	1018
	Forma de arguição da repercussão geral.....	1020
	Competência para análise da repercussão geral	1020
	Efeitos do acolhimento e do desacolhimento da arguição de repercussão geral e a multiplicidade de recursos.....	1021

6.2.2	Cabimento constitucional do recurso especial	1023
	Julgamento de causas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.....	1023
	Julgamento que privilegia ato de governo local contra a lei federal	1023
	Julgamento ensejador de dissídio jurisprudencial.....	1024
	Relevância da questão de direito federal infraconstitucional	1024
6.2.3	Interesse em recorrer no recurso extraordinário e no recurso especial	1026
6.3	Efeito devolutivo no recurso extraordinário e no recurso especial	1026
6.4	Efeito suspensivo do recurso extraordinário e do recurso especial	1027
6.5	Julgamento conjunto e interposição conjunta	1028
6.6	Procedimento do recurso extraordinário e do recurso especial.....	1029
6.7	Sistemática dos recursos repetitivos.....	1033
7.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	1037
8.	Embargos de divergência	1038
IV.	INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	1043
1.	Generalidades.....	1043
2.	Requisitos e procedimento	1044
V.	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1047
1.	Histórico e fundamentos.....	1047
2.	Cabimento e competência	1048
3.	Pressupostos do incidente.....	1048
4.	Legitimidade.....	1049
5.	Procedimento	1049
6.	Recursos.....	1050
VI.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1051
1.	Generalidades.....	1051
2.	Cabimento e requisitos.....	1051
2.1	Fungibilidade entre IRDR e IAC	1052
3.	Competência.....	1053
4.	Legitimidade.....	1053
5.	Procedimento	1054
6.	Recursos e revisão.....	1057
VII.	AÇÃO RESCISÓRIA	1059
1.	A desconstituição do julgado	1059
2.	Finalidade e pressupostos	1060

3. Causas de rescindibilidade	1061
3.1 Generalidades.....	1061
3.2 Causas de rescindibilidade em espécie	1062
3.2.1 Prevaricação, concussão ou corrupção do julgador	1062
3.2.2 Impedimento do julgador ou incompetência absoluta	1062
3.2.3 Dolo, coação, simulação ou colusão das partes	1064
3.2.4 Coisa julgada anterior	1064
3.2.5 Violação manifesta à norma jurídica.....	1065
3.2.6 Prova falsa	1066
3.2.7 Prova nova	1067
3.2.8 Erro de fato	1067
4. Condições da ação	1068
4.1 Legitimidade das partes	1068
4.2 Interesse de agir	1071
5. Competência.....	1071
5.1 Prazo decadencial para propositura da ação rescisória	1071
6. Propositura da ação rescisória e eficácia da decisão rescindenda	1073
7. Procedimento da ação rescisória	1074
8. Ação anulatória de atos judiciais.....	1079
9. <i>Querella nullitatis insanabilis</i>	1082
VIII. HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	1083
1. Generalidades.....	1083
2. Requisitos.....	1085
3. Procedimento	1086
4. Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	1087
IX. RECLAMAÇÃO.....	1089
1. Generalidades.....	1089
2. Histórico e fundamentos.....	1089
3. Natureza jurídica.....	1090
4. Hipóteses de cabimento	1091
5. Legitimidade.....	1092
6. Procedimento	1093
7. Decisão final	1094
8. Recursos	1094
BIBLIOGRAFIA	1095
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1123